



ALERTA

Malária, raio X das desigualdades sociais

Mais de 99% dos casos estão na região amazônica, onde há dificuldades de acesso aos serviços e exposição direta aos riscos

» RAFAELA BOMFIM*

Mais de 99% dos casos de malária registrados no Brasil estão concentrados na região amazônica, cenário que evidencia a relação entre a doença, as condições de vida e o acesso aos serviços de saúde. Comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas, principalmente em áreas de fronteira, enfrentam dificuldades de deslocamento, infraestrutura limitada e maior exposição ao mosquito Anopheles, responsável pela transmissão do parasita.

Em 2025, foram registrados 118.037 casos de malária. De acordo com o Ministério da Saúde e 39 mortes. Desde 2024, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece a tafenoquina, medicamento em dose única para prevenir novas manifestações da doença, além da ampliação do diagnóstico, da oferta de testes e do tratamento adequado.

O contágio e a doença estão vinculados a fatores sociais, ambientais e territoriais, uma vez que a fêmea do mosquito do gênero Anopheles infectada transmite o mal. O infectologista Daniel Paffili Prestes adverte: “Nas regiões de fronteira, principalmente na Amazônia, muitas comunidades vivem em áreas rurais, ribeirinhas ou indígenas, distantes dos grandes centros e com dificuldades de deslocamento”.

A demora para obter diagnóstico e tratamento interfere no controle da transmissão, reitera o médico. O infectologista ressalta que uma pessoa infectada pode permanecer como fonte do parasita para o mosquito enquanto não recebe atendimento. A preocupação aumenta quando observadas as condições de moradia e pelo trabalho realizado em áreas de mata, onde a exposição ao vetor pode ser maior.

Dinâmica

Apesar da associação frequente entre doenças e saneamento, Prestes ressalta que a malária possui uma dinâmica diferente. “A malária

Prefeitura de Caraguatatuba/SESA/Divulgação



A picada da fêmea do mosquito do gênero Anopheles infectada transmite a doença que provoca febre intensa e fortes dores pelo corpo



A malária não é uma doença cuja transmissão esteja diretamente relacionada à falta de saneamento básico”

Daniel Paffili Prestes,
médico infectologista

não é uma doença cuja transmissão esteja diretamente relacionada à falta de saneamento básico da mesma forma que ocorre com doenças transmitidas por água contaminada”, afirma.

De acordo com o infectologista, a presença do mosquito, o ambiente, as condições das residências, as atividades econômicas e o acesso ao diagnóstico e ao tratamento têm maior peso na transmissão. As temperaturas mais altas aceleram o desenvolvimento do protozoário Plasmodium, que se aloja no mosquito transmissor da doença e aumentam sua atividade.

Há, ainda, o impacto dos níveis elevados de umidade que prolongam o tempo de vida do mosquito transmissor, aumentando as chances de ele picar humanos repetidas

vezes. As áreas florestadas ou locais com alterações ambientais recentes favorecem a proliferação.

Cenário

Países vizinhos, como Venezuela, Colômbia e Peru enfrentam problemas relacionados à malária, e o deslocamento de pessoas entre esses territórios pode levar casos para cidades brasileiras. A entrada de uma pessoa infectada, porém, não significa que haverá automaticamente uma epidemia.

O risco aumenta quando o parasita chega a uma região onde existem mosquitos capazes de participar da transmissão. “A preocupação está relacionada principalmente à circulação de pessoas entre esses países”, explica o infectologista.

A Amazônia exige atenção porque reúne territórios de diferentes nações e mantém circulação frequente de moradores e trabalhadores entre as fronteiras.

Prestes diferencia os casos importados dos chamados “autóctones”. O primeiro ocorre quando a pessoa contrai a doença em outro país ou região e chega ao Brasil infectada. Já o segundo corresponde à infecção adquirida no próprio território. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) mantém a investigação quando surgem casos autóctones em uma área sem transmissão e indica a necessidade de investigação.

Estagiária sob supervisão de Roberto Fonseca.

Simple e rápido

O diagnóstico tardio pode prejudicar tanto a recuperação do paciente quanto a interrupção da transmissão. Os principais sintomas da malária são febre alta, calafrios, tremores, suor intenso e dor de cabeça, surgindo geralmente entre 8 e 30 dias após a picada do mosquito. O exame é de sangue, simples e rápido.

“Quanto mais rapidamente um caso é identificado, tratado e investigado, menor é a possibilidade de que ele dê origem a novos casos”, afirma o médico infectologista Daniel Paffili Prestes. “A malária não deve ser encarada apenas como um problema relacionado ao mosquito. Ela também é uma doença que revela desigualdades sociais e dificuldades de acesso aos serviços de saúde.”

Para o especialista, ampliar a chegada do atendimento às populações que vivem em áreas remotas, garantir diagnóstico e iniciar o tratamento de forma rápida são medidas centrais para impedir a manutenção da transmissão e reduzir o risco de expansão para outras regiões.

Sem tratamento, determinadas formas da doença podem evoluir para anemia, alterações neurológicas, comprometimento renal, dificuldade respiratória e alterações metabólicas. O risco também existe para a comunidade, porque uma pessoa infectada e sem tratamento pode contribuir para a transmissão.

O Brasil dispõe de diagnóstico, medicamentos, notificação e vigilância epidemiológica pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O tratamento via SUS é ministrado por meio de dois medicamentos: a cloroquina e a tafenoquina, avaliados peso, altura e demais condições físicas do paciente. É importante prevenir com uso de mosquiteiros, roupas adequadas e repelentes. (RB)

FEMINICÍDIO

Médica é morta a facadas pelo marido

A médica Gassi Paola de Souza Mazia, de 37 anos, foi encontrada morta em um apartamento de Maringá, no Paraná, onde morava com a família. O marido, João Vitor Domingues Romeiro, de 25 anos, é o principal suspeito de cometer o crime e foi preso em flagrante após ser encontrado ferido.

Ao **Correio**, a Polícia Civil do Paraná (PCPR) afirmou que os dois mantinham um relacionamento conturbado e haviam reatado recentemente. O crime ocorreu na noite de anteontem, quando uma nova discussão terminou com o ataque. O suspeito foi encontrado pela PM em Mandaguari, na casa da mãe. Ele também apresentava ferimentos provocados por arma branca e, por isso, permanece internado em um hospital sob escolta policial.

A Polícia Civil paranaense informou que “não procede a informação de que o bebê estava ao lado do

corpo” da médica. As circunstâncias da morte continuam sendo investigadas pela Polícia Civil, que busca esclarecer a dinâmica do crime.

Gassi atuava como médica na Unidade Básica de Saúde (UBS) Nova Aliança, em Sarandi, município da região de Maringá. A prefeitura lamentou a morte e destacou a atuação da profissional na rede pública de saúde.

Dados

O país registrou 848 vítimas de feminicídio entre janeiro e julho de 2026, contra 876 no mesmo período de 2025. A média móvel de feminicídios atingiu seu maior patamar recente em março, com 141,8 vítimas, e passou a apresentar redução nos quatro meses seguintes, chegando a 119,8 em julho.

Regionalmente, o Sudeste lidera no número de casos com 302, seguido pelo Nordeste, que registrou

Reprodução/Redes Sociais



O suspeito de esfaquear Gassi Mazia, de 37 anos, é Vitor Romeiro, preso em flagrante na casa da mãe

220 vítimas; o Sul, com 139, o Centro-Oeste, com 103 e o Norte, com 103. À exceção dos estados do Sul e do Centro-Oeste, os demais registraram queda no número de

feminicídios.

Os dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), consolidados pela Secretaria Nacional de Segurança

Pública (Senasp), integram o monitoramento das ações desenvolvidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e pelo Ministério das Mulheres, em articulação

com os estados e demais órgãos envolvidos no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Atendimento

A Central de Atendimento à Mulher funciona por meio do número 180. A ligação é gratuita e o serviço funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Por meio desse número, é possível receber orientações sobre leis, direitos das mulheres e serviços da rede de atendimento (Casa da Mulher Brasileira, Centro de Referência, Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam), Defensoria Pública, Ministério Público, e informações sobre a localidade dos serviços especializados da rede de atendimento).

É possível utilizar o número para denunciar, reclamar e elogiar. Há, ainda, o canal do WhatsApp (61) 9610.0180 ou pelo e-mail central180@mulheres.gov.br. Existe também o Programa Acolhe Mais, que oferece teleatendimentos em saúde mental para mulheres que vivenciam situações de violência via aplicativo Meu SUS Digital, sempre gratuitamente.